

## PROJETOS EM DISCUSSÃO



Limita os gastos das câmaras de vereadores em todo o País



Exige avaliação psicológica dos policiais militares e civis a cada cinco anos



Torna obrigatório o ensino do espanhol nas escolas brasileiras, no 2º grau

## Senadores examinam proposta que limita gastos das câmaras

*Plenário deve analisar, também, avaliação psicológica de policiais e ensino de espanhol nas escolas brasileiras*

A proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras municipais em todo o país é uma das matérias na pauta do Senado nesta semana. A discussão da emenda, que será retomada hoje, deve se encerrar amanhã. Também

hoje, os senadores poderão apreciar, em turno suplementar, projeto de lei que exige avaliação psicológica dos policiais civis e militares. Outra proposta na pauta é a que torna obrigatório o ensino de espanhol nas escolas brasileiras. **Página 3**

CCJ

NOVA LEI

ORÇAMENTO

**Reunião de amanhã tem pauta extensa**

PÁGINA 2

**Educação física tem regulamento**

PÁGINA 2

**Tebet inicia avaliação da proposta**

PÁGINA 3

## Josaphat e Lauro criticam mudanças na Constituição

O senador Josaphat Marinho (*foto*) comentou que nos últimos dez anos a Constituição foi mutilada por mudanças em seu texto. O senador Lauro Campos criticou as alterações em estudo pelo governo, que considera ditadas pelo FMI. **Página 4**



## PROGRAMAÇÃO



## TV SENADO

## HOJE

01:00 - Cores do Brasil - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Ouro Preto.  
01:30 - Espaço Cultural "Artistas do Senado", apresentando o artista Ney Garcez.  
02:00 - Cores do Brasil - Em destaque, o Pelourinho.  
02:30 - Especial Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista o Dr. Rubens Reimão. Assunto: Insônia - 2ª parte.  
03:00 - Cores do Brasil - Em destaque, Brasília.  
03:30 - Espaço Cultural - Apresentando a dupla regional Zé Mulato e Cassiano.  
04:30 - Entrevista - O senador Eloi Portela fala sobre a seca do Nordeste.  
05:00 - Cores do Brasil - Em destaque, o Espírito Santo.  
05:30 - Espaço Cultural - Especial sobre o filme "Central do Brasil", do cineasta Walter Salles Júnior.  
06:30 - Especial Unip - Dráuzio Varela entrevista Rubens Reimão.  
07:00 - Saúde Todo Dia - Atividade: Ginástica Restauradora.  
07:30 - Especial Unip - Dráuzio Varela entrevista o pneumologista Ronaldo Kairalla.  
Assunto: Enfisema.  
09:30 - Entrevista - O senador Eloi Portela fala sobre a seca do Nordeste.  
10:00 - Cores do Brasil - Em destaque, a Linha Verde da Bahia.  
10:30 - Saúde Todo Dia - Atividade: Ginástica Restauradora.

11:00 - Dráuzio Varela entrevista o pneumologista Ronaldo Kairalla.  
11:30 - Espaço Cultural "Artistas do Senado", apresentando o artista Ney Garcez.  
12:00 - Cores do Brasil - Em destaque, Curitiba.  
13:30 - Era Vargas - Documentário sobre a vida e obra política do presidente Getúlio Vargas.  
14:30 - Sessão Plenária (Ao Vivo) - Deliberativa  
20:30 - Jornal do Congresso  
20:45 - Senado em Pauta  
21:00 - Especial - O jornalista Fernando César Mesquita entrevista a atriz e diretora Carla Camurati. Ela fala do seu último filme "La Cerva Padrona".  
22:00 - Plenário (Reapresentação)  
23:00 - Era Vargas.  
24:00 - Entrevista - O jornalista Fernando César Mesquita entrevista a colunista do Jornal do Brasil, Dora Kramer, sobre perspectivas políticas.

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

## RÁDIO SENADO

## HOJE

19h - "A Voz do Brasil"  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte / Centro-Oeste"  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul / Sudeste"  
Em seguida - Música e informação

## CCJ examina proposta de implantação do voto distrital misto

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã, às 10 horas, para examinar extensa pauta, na qual se destacam dois projetos de lei com caráter terminativo e uma proposta de emenda constitucional.

Um dos projetos, de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), proíbe empresas jornalísticas e similares de divulgar números de telefones para ligações eróticas, o chamado "sexo por telefone". As penas previstas para quem desobedecer à norma proposta variam de três meses a um ano de detenção e as multas de um a 20 salários mínimos. O projeto tem parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O outro projeto, da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), proíbe a exigência da "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal. O relator da matéria, senador Esperidião Amin

(PPB-SC), deu parecer favorável, alegando que a medida aperfeiçoa o sistema jurídico, uma vez que elimina obstáculos, muitas vezes preconceituosos, para a obtenção do emprego. Para o senador, a "boa aparência" pode ser uma exigência constrangedora e não mede o desempenho exigido para a função a ser exercida pelo trabalhador.

A proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), atual ministro da Saúde, institui o sistema eleitoral distrital misto nas eleições, e tem parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS).

Pela proposta, 25% das vagas na Câmara dos Deputados deverão ser preenchidas por deputados eleitos pelo sistema proporcional, nas circunscrições estaduais, e os restantes 75% por deputados eleitos em distritos uninominais, pelo critério majoritário.



Patrocínio quer restringir "sexo por telefone"

## Sancionada regulamentação da atividade de educação física

Na sessão de ontem, foi lida mensagem do presidente da República restituindo autógrafa do projeto de lei sancionado que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física. Foram igualmente sancionadas as leis que criam juntas de conciliação e julgamento na 2ª e na 15ª Região da Justiça do Trabalho, e a que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal.

Na mesma sessão, foi lido ofício do ministro da Aeronáutica, Lélvio Viana Lobo, comunicando a realização de audiência pública destinada a iniciar o processo licitatório de obras civis do Sivam. Presidindo os trabalhos, o senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) anunciou o encaminhamento de cópias do ofício às comissões de

Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores, de Defesa Nacional e de Fiscalização e Controle.

Lúcio também comunicou que o Senado recebeu mensagem do presidente da República solicitando autorização para a contratação de operação de crédito externo, no valor, em ienes, equivalente a US\$180 milhões, entre a União e o The Export Import Bank of Japan (Jexim), destinada ao financiamento do projeto de modernização e ampliação da rodovia Fernão Dias II (BR-381).



Lúcio Coelho presidiu a sessão de ontem

## AGENDA

## PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 15/98, que dispõe sobre o total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal; \*PLC nº 55/96, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus; \*PLC nº 217/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; \*Requerimento nº 455/98, de autoria do senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 81/95 e 129/98, por versarem sobre sociedades cooperativas; e \*Requerimento nº 473/98, de autoria do senador Wilson Kleinübing, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 217/97 com os de nºs 51 e 137/96, por versarem sobre legislação do imposto de renda das pessoas físicas.

## PREVISÃO DE TRABALHOS

07.10.98  
14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Quinto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 15/98, que dispõe sobre o total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal.

## COMISSÕES

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
07.10.98

10h - Apreciação de diversos projetos, destacando-se: \*PLS nº 266/96, que estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e para o inter-relacionamento entre União, estados, Distrito Federal e municípios; \*PEC nº 52/95, suprime o § 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; \*PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; \*PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; \*PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal - dispondo sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados; \*PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; e \*PLC nº 52/94, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais. Ala Senador Alexandre Costa, sala 05

## ESPECIAL

07.10.98  
12h - Cultura ao Meio-Dia  
Vagas para Moças de Fino Trato, de Paulo Thiago. Auditório Petrônio Portella



## COMO SINTONIZAR

## TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

## RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Edição e  
Publicações

# Senadores discutem limite de gastos para as câmaras

Recomeça a tramitação da proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Esperidião Amin, que procura conter as despesas dos legislativos municipais, estabelecendo faixas de acordo com a população



Jefferson observa que acordo com FMI pode dar tempo para as reformas

## Jefferson prega ajuste gradativo

“O Brasil precisa começar, imediatamente, a promover um ajuste fiscal gradativo, que signifique queda sistemática e continuada do déficit público”, afirmou o senador Jefferson Péres (PSDB-AM), em entrevista. Ele acredita, porém, que essas medidas somente poderão ser adotadas se o país estiver vivendo em condições normais, sem ataques especulativos e com a confiança da comunidade financeira internacional.

Para Jefferson, essa é a maior vantagem de o Brasil assinar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e receber ajuda do grupo dos sete países mais ricos do mundo, o G-7. “Os investidores internos e externos ficarão convencidos de que o Brasil tem disposição de adotar as medidas necessárias e se tranquilizarão. Nós teremos, então, um fôlego de dois ou três anos para tomar medidas efetivas de ajuste macroeconômico”, argumenta.

O senador pelo Amazonas acredita ser muito difícil fazer novos cortes no Orçamento para reduzir o déficit público. “Não há mais espaço para cortes. A solução será diminuir drasticamente as despesas de rolagem da dívida interna, que representa uma sangria absurda, especialmente com a alta de juros que o governo se viu obrigado a fazer.”

— Na verdade, o Brasil está numa armadilha. Não pode baixar os juros, pois o ataque especulativo recrudescerá e os capitais fugirão em massa. Por outro lado, se não baixar os juros, o déficit público ficará insustentável. Por isso, a solução precisa ser gradativa, com o acordo do FMI dando tempo ao governo para organizar sua estratégia, que deve incluir a aprovação das reformas pelo Congresso — observou.

Os senadores retomam hoje e concluem amanhã a discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita os gastos das câmaras de vereadores em todo o país.

A discussão da proposta faz parte da pauta desta semana no momento em que o governo federal procura meios de reduzir os gastos públicos. Se não for apresentada em plenário até o encerramento da fase de discussão, a matéria estará pronta para ser submetida ao primeiro turno de votação.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), que propôs substitutivo, pelo qual os limites de gastos das câmaras de vereadores serão inversamente proporcionais ao número de habitantes do município. Assim, de acordo com o substitutivo, nos municípios com até 100 mil habitantes as câmaras não poderão gastar mais que 8% da receita tributária municipal, incluindo no gasto os salários dos vereadores e dos funcionários. Nas cidades de 100 mil a 1 milhão de habitantes, o limite será de 7%, e nos municípios com população superior a 1 milhão de pessoas o gasto não poderá passar de 6% da receita.

No texto original, Esperidião Amin propôs seis faixas, partin-



do de 8% para municípios com menos de 10 mil habitantes e chegando até às cidades com mais de 1 milhão de pessoas, nas quais o limite seria de 3% das receitas municipais. Ao justificar sua proposta, Esperidião Amin lembrou que a legislação atual prevê que

os gastos com salários de vereadores não podem passar de 5% da receita do município, mas algumas câmaras encontraram formas de contornar o limite, inclusive fixando vantagens financeiras indiretas. Agora, se aprovada a modificação, o limite será para

todos os gastos das câmaras, seja com salários de vereadores e de funcionários ou com custeio.

Também hoje, os senadores devem apreciar em turno suplementar projeto de lei que exige avaliação psicológica de todos os policiais militares e civis e bombeiros, a cada cinco anos. O projeto introduz ainda nos concursos públicos uma avaliação psicológica, para evitar que sejam convocadas pessoas que não têm aptidão para a carreira policial. A proposta original foi apresentada na Câmara, e no Senado recebeu um substitutivo preparado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Se aprovada, terá de voltar à análise da Câmara dos Deputados.

Outro projeto que pode ser votado hoje, também em turno suplementar, torna obrigatório o ensino do idioma espanhol nas três séries do segundo grau de todas as escolas brasileiras. Trata-se de um substitutivo que o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou a um projeto do governo e estabelece que o espanhol terá de constar do currículo das escolas dentro de cinco anos. Se aprovada, a matéria também retornará à análise dos deputados, devido às mudanças propostas por José Fogaça.

O plenário do Senado realizou ontem sessão não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

## Tebet acredita em cumprimento do prazo para votação do Orçamento

O relator-geral da proposta de Orçamento para 1999, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que, em razão dos acontecimentos na economia internacional e no país, e do ano eleitoral, os prazos de apreciação, a apresentação de emendas e a realização de audiências públicas regionais deverão sofrer modificações em relação aos anos anteriores. Acrescentou, entretanto, que o Congresso Nacional cumprirá o prazo constitucional para aprovar a matéria, que vai até o dia 15 de dezembro.

Hoje, o relator pretende iniciar reuniões informais preliminares para decidir que propostas apresentará ao conjunto da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Ele admite que,



Tebet diz que projeções para 99 serão refeitas conforme a meta de reduzir o déficit

à semelhança dos cortes na execução orçamentária do Orçamento para 1998, as projeções para 1999 deverão ser refeitas em função dos compromissos de redução do défi-

cit fiscal a serem assumidos pelo governo junto à comunidade internacional.

Mesmo com os cortes, Tebet antecipou que defenderá, pessoalmente, prioridade para a aplicação de recursos na área social, em especial nos setores de saúde e educação.

Quanto às emendas à proposta do Executivo, apesar de defender a apresentação de emendas individuais, o senador considera que o critério atual, de R\$ 1,5 milhão para cada parlamentar, poderá sofrer um ajuste. Para o relator, o impacto da crise financeira internacional e nacional está levando o governo à adoção de medidas drásticas, “e os parlamentares deverão ser sensíveis a esse fato”.

## Relatório da ONU é um alerta, diz João Rocha

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) dando conta de melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) deve ser visto não só com otimismo pelos brasileiros, mas como um alerta para os problemas que ainda precisam ser resolvidos, afirmou o senador João Rocha (PFL-TO).

— O Brasil de hoje é melhor que o de ontem, mas estamos longe de um Canadá, que tem o mais alto índice de qualidade de vida do mundo — disse o senador.

Para ele, “medir grandezas absolutas de qualidade de vida é simples, o difícil é medir o grau de adequação das políticas públicas para elevar o IDH de um povo”.

# Josaphat critica mudanças na Constituição

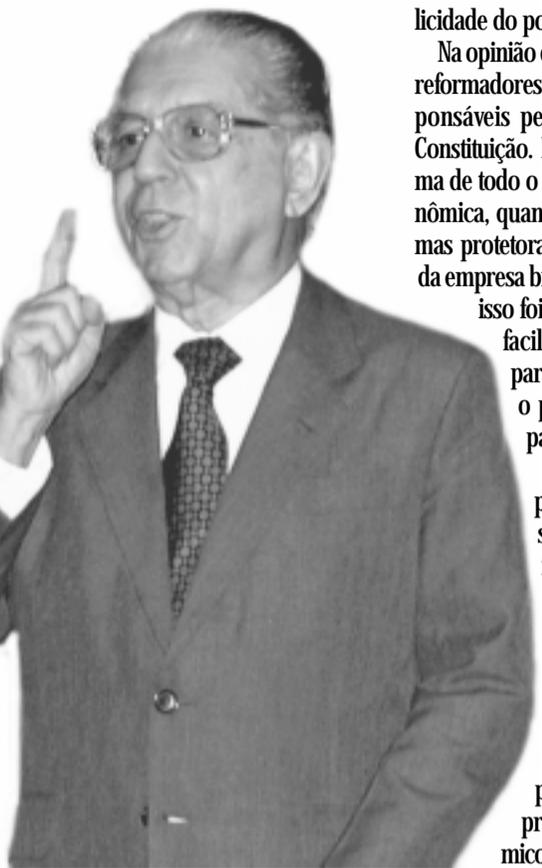
Ao lembrar o décimo aniversário da promulgação da Carta Magna, que classificou de “democrática e progressista”, o senador lamentou que exista atualmente maior preocupação em alterar o texto do que em cumpri-lo

Ao celebrar ontem os dez anos de vigência da Constituição promulgada em 1988, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) lastimou que tantas reformas tenham sido realizadas para modificar um texto resultante da vontade do povo. Depois de observar que a Constituição serviria “para eleger, mas não tem servido para governar, nem para legislar”, o senador advertiu: “É hora de verificar que já erramos bastante e que não devemos perseverar no erro”.

Josaphat Marinho sustentou que, nos últimos dez anos, a Constituição foi mutilada, mas não foram adotadas medidas necessárias ao resguardo, do ponto de vista social e econômico, da tranquilidade do povo brasileiro. Em sua opinião, aos primeiros abalos das bolsas de valores internacionais, a economia brasileira também começou a ruir. Por isso, ele indaga: “O que fizeram das mudanças da Constituição? O que fizeram das reformas? Que vantagens dela extraíram para a sociedade brasileira?”, questionou.

O senador argumentou que, se a equipe econômica do governo alegou que a globalização era a forma nova de os povos se entenderem, deveria ter a solução para que o Brasil não se encontrasse na situação preocupante que enfrenta agora. “A crise se abate sobre o país e aguardam-se agora outras medidas que, seguramente, atingirão a população brasileira”, afirmou ele.

Ao lembrar que, há dez anos, o país promulgava essa Constituição, o sena-



Josaphat questionou as vantagens das reformas para a sociedade

dor afirmou que, exatamente por ser uma reação do povo ao regime militar, esse texto se traduziu numa carta democrática e progressista. No seu entender, essa Constituição podia e ainda pode conter equívocos, mas era necessário prestigiar-la, executá-la e dar-lhe autoridade.

– Neste período, infelizmente, houve mais preocupação em reformá-la que em cumpri-la. Passaram a apontar-lhe defeitos. Imaginavam que seria reformando-a que se promoveria a fe-

licidade do povo – assinalou.

Na opinião de Josaphat Marinho, os reformadores são os verdadeiros responsáveis pelo envelhecimento da Constituição. Ele mencionou a reforma de todo o capítulo da ordem econômica, quando extraíram-se as normas protetoras do capital nacional e da empresa brasileira. Disse que tudo isso foi feito com o objetivo de facilitar a ação do Estado, para propiciar ao governo o poder de modernizar o país.

– Temos sido cúmplices do Estado nessas reformas. Se não o fizéssemos, diriam que estávamos contra a modernidade, mediante a qual o governo realizaria a felicidade coletiva – afirmou o senador. “Por mais que ponderássemos que o progresso social e econômico só poderia ser feito com a valorização do homem, o governo insistiu nas reformas”, observou.

Conforme Josaphat Marinho, se a reforma tributária não está pronta é porque o governo aquiesceu em paralisá-la, porque não havia consenso entre União, estados e municípios. O senador lastimou que o Senado não tenha se oposto às reformas propostas pelo governo, exceto na caso da reforma da Previdência. “Todas as demais emendas aqui passaram sem que o Senado interviesse com sua autonomia. Na verdade, fomos órgãos sancionadores da vontade do Executi-

vo”, lamentou.

O senador afirmou que o país aguarda outras medidas de contenção econômica que, em sua opinião, seguramente atingirão novamente a sociedade brasileira. Josaphat pregou a solidariedade dos senadores com o povo, a fim

de que sejam aprovadas apenas proposições capazes de servir a nação. “É bom defender a Constituição. Ela, que representou a resistência democrática, não pode agora ser transformada em instrumento de interesses momentâneos”, acrescentou.

## Lauro Campos diz que reformas seguem diretrizes do FMI

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou ontem as alterações propostas pelo governo federal na Constituição federal. Segundo o senador, as mudanças “não passam de adequação do texto constitucional aos interesses do Fundo Monetário Internacional e do governo dos Estados Unidos”. De acordo com Lauro Campos, o processo de globalização “nada mais é do que um engodo”, que se reflete na eliminação de dispositivos de controle social na economia.

– Pela lógica do FMI, desconstitucionalizar é necessário a fim de passar para a legislação menor os dispositivos de controle da economia e facilitar a sua alteração – alertou o senador petista.

Lauro Campos disse que a redução do chamado custo Brasil, como forma de aumentar a competitividade do produto brasileiro,

esconde medidas drásticas que agravariam as desigualdades sociais. “Como reduzir os custos em um país que paga R\$ 130 a seus trabalhadores?”, questionou o se-



Lauro Campos afirmou que a crise financeira internacional deixou o governo “perplexo”

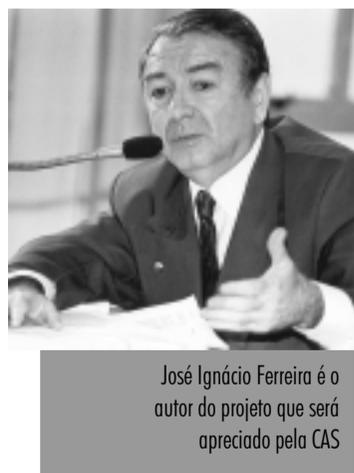
nador. Para ele, a atual crise financeira internacional pegou de surpresa a equipe econômica.

– A crise deixou o governo perplexo. E por isso, ele quer promover reformas, mas não aquelas que dariam tranquilidade à sociedade brasileira – afirmou.

## Autônoma poderá ter licença-maternidade

Projeto do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) estende à trabalhadora autônoma o direito ao salário-maternidade pago pelo INSS. O salário, de acordo com a proposta, será pago durante quatro meses para que a mãe possa dar assistência à criança. O texto será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo e terá parecer da senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

O projeto altera a Lei nº 8.213, que dispõe sobre os planos e benefícios da Previdência Social. Se a proposta for aprovada, o salário será pago durante 120 dias, a



José Ignácio Ferreira é o autor do projeto que será apreciado pela CAS

partir de 28 dias antes do parto. O benefício pode ser requerido até 90 dias após o nascimento do

bebê. O salário será pago em valor correspondente à média dos últimos 12 meses de salário contribuição, tendo carência de 12 meses.

Em sua justificativa, o senador comenta que os avanços da legislação em relação ao trabalho feminino não são tão abrangentes quanto deveriam ser. Segundo ele, o salário-maternidade não é garantido à trabalhadora autônoma, mesmo sendo ela segurada obrigatória da Previdência Social. “A lei que dispõe sobre os benefícios da Previdência vem discriminando toda uma categoria de trabalhadoras”, afirma.

## Campos propõe câmeras de vídeo nos caixas 24 horas

Está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) que obriga a utilização de câmeras de vídeo em todos os caixas eletrônicos que funcionem fora do horário de expediente bancário.

Fica estipulada multa de mil reais diários por cada máquina que não se adaptar à determinação. A fiscalização caberá ao Banco Central. A instituição bancária que não cumprir o que determina o projeto responderia a sanções cíveis e administrativas, além de se responsabilizar pelo ressarcimento em dinheiro ao cliente que tiver prejuízo resultante de ação

criminosas.

– Muitas instituições não estão preocupadas em garantir maior segurança aos seus clientes nesse tipo de operação de saque, visto que atualmente o prejuízo recai sobre o próprio cliente – comentou Júlio Campos.

Segundo o senador mato-grossense, os assaltos a mão armada que terminam em saques de dinheiro nos caixas 24 horas vêm-se caracterizando em verdadeiros seqüestros de resgate imediato. Ele acredita que, por possibilitar o registro da imagem de quem entrar nos bancos eletrônicos, as câmeras de vídeo ajudariam a conter esse tipo de crime.